

BIANCA ADEJANE CARDOSO FELISMINO

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL ELABORADAS PELO
GOVERNO LULA (2003-2010)**



Rio Claro
2020

BIANCA ADEJANE FELISMINO CARDOSO

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ELABORADAS PELO GOVERNO LULA (2003-2010)

Orientador: Prof.^a Dra. Rosa Maria Feteiro Cavalari

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2020

C268p

CARDOSO, BIANCA ADEJANE FELISMINO
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ELABORADAS PELO GOVERNO LULA (2003-2010) / BIANCA
ADEJANE FELISMINO CARDOSO. -- Rio Claro, 2020
68 p. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio
Claro

Orientadora: Rosa Maria Feiteiro Cavalari

1. Educação Ambiental. 2. Políticas públicas. 3. Governo Lula. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico esse trabalho as minhas queridas filhas Laura Cardoso e Luiza
Cardoso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido a oportunidade de chegar até aqui, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. A minha mãe Antônia, meu irmão Kaio, meu tio Rivelino e ao meu namorado Wellington por todo apoio e confiança depositada em mim durante todo esse período, vocês sempre serão a minha base.

Agradeço a minha querida orientadora, Prof.^a. Dr Rosa Maria Feitero Cavalari, por todo apoio e compreensão no decorrer da construção deste trabalho, minha eterna gratidão por cada ensinamento que obtive durante cada uma das etapas desenvolvidas.

Agradeço as duas maiores amigas que a graduação me proporcionou: Flavia Ferlin e Giovanna Guarache, obrigada por fazerem parte da minha vida durante todos esses anos e por compartilharem comigo essa fase tão importante.

RESUMO

As necessidades de mudança em torno das questões ambientais emergiram diante de problemas de degradação ambiental que foram desencadeados ao longo dos anos, sobretudo, a partir da chamada “Revolução Industrial”. Assim sendo, diversas discussões em âmbito mundial, foram promovidas na tentativa de encontrar meios que pudessem minimizar as degradações sofridas. Foi nesse contexto que as diversas conferências internacionais sobre meio ambiente foram organizadas pela ONU. Em consonância com as ações promovidas obteve-se como resultado a articulação entre educação e meio ambiente, desencadeando a valorização do processo educativo na compreensão da temática ambiental. Essa valorização se materializou por meio de políticas públicas específicas para o setor, contribuindo para a institucionalização da Educação Ambiental. Tendo como referência essas ideias, o presente trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas de educação ambiental, elaboradas no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva - Lula, no período de 2003-2010, compreendendo, portanto, os dois mandatos deste governo. A investigação ora apresentada foi desenvolvida a partir das seguintes questões norteadoras: Como se deu o processo de elaboração dessas políticas? O contexto sócio-econômico-político do período contribuiu para elaboração dessas políticas? Que concepções de educação e de educação ambiental estão subjacentes a essas políticas? Para tanto, adotamos como abordagem uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo "documental", cujo *corpus* documental é constituído por leis, programas e projetos voltados para a Educação Ambiental. De modo mais específico, evidenciamos as contribuições da segunda e da terceira edições do PRONEA. Para a análise do contexto sócio-econômico-político do período utilizamos uma bibliografia especializada. Após a coleta e análise dos dados obtivemos como resultado a adoção de uma perspectiva social nas políticas públicas voltadas para Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Políticas públicas. Governo Lula.

ABSTRACT

The need for change around environmental issues has emerged in the face of environmental degradation problems that have been triggered over the years, especially since the so-called "Industrial Revolution". Therefore, several discussions worldwide, were promoted in an attempt to find means that could minimize the degradations suffered. It was in this context that the various international conferences on the environment were organized by the UN. In line with the actions promoted, the result was the articulation between education and the environment, triggering the valorization of the educational process in the understanding of the environmental theme. This appreciation materialized through specific public policies for the sector, contributing to the institutionalization of Environmental Education. Having these ideas as a reference, the present work aims to analyze the public policies of environmental education, elaborated in the government of President Luís Inácio Lula da Silva - Lula, in the period of 2003-2010, understanding, therefore, the two mandates of this government. The research presented here was developed based on the following guiding questions: How did the process of elaborating these policies go? Did the socio-economic-political context of the period contribute to the elaboration of these policies? What conceptions of education and environmental education underlie these policies? For that, we adopted as a qualitative research approach, of the "documentary" type, whose documentary corpus is constituted by laws, programs and projects focused on Environmental Education. More specifically, we highlight the contributions of the second and third editions of PRONEA. For the analysis of the socio-economic-political context of the period, we used a specialized bibliography. After collecting and analyzing the data, we obtained as a result the adoption of a social perspective in public policies aimed at Environmental Education.

Keywords: Environmental Education. Public policy. Lula government.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. Composição do CONAMA (2003-2010).	p. 35
QUADRO 2. Comparativo entre as diretrizes apresentadas na 2º e 3º edição do PRONEA.	p.39
QUADRO 3. Comparativo entre os objetivos determinados pela 2º e a 3º Edição do PRONEA.	p.42
QUADRO 4. Distribuição de PEC, PLP E PL propostos pelos partidos políticos em geral e pelo PT.	p.46
QUADRO 5. Distribuição de quantidade de propostas formuladas pelo PT, no período de 2003-2010, em relação à situação em que se encontra.	p.47
QUADRO 6. Atos normativos constados no “Painel Legislação Ambiental”.	p.48
QUADRO 7. Projetos financiados pelo FNMA durante o período de 2003-2010.	p.52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIM – Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

CGEA – Coordenação-Geral de Educação Ambiental

DEA – Diretoria de Educação Ambiental

EA – Educação Ambiental

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONGs – Organizações não-governamentais

PEC – Propostas de Emenda à Constituição

PL – Projetos de Lei

PLP – Projetos de Lei Complementar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PP – Partido Progressista

PR – Partido Republicano

PROFEA – Programa Nacional de Formação de Educadores(as) Ambientais

PRONAF – Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

PT – Partido dos trabalhadores

RUPEA- Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	p.10
2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	p.15
3 ASPECTOS CONTEXTUAIS E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONJUNTURA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL	p.18
4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E TENDÊNCIAS.....	p. 27
5 MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (2003-2010): CARACTERIZAÇÃO E MACROTENDÊNCIAS.....	p.34
5.1 Identificação das políticas públicas voltadas para Educação Ambiental no período de 2003-2010.....	p.37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.57
REFERÊNCIAS.....	p.59

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da chamada temática ambiental surgiu da preocupação social com o futuro do planeta e dos seus habitantes, incluindo além do ser humano todos os demais seres vivos.

A formulação da problemática ambiental foi iniciada primeiramente pelos movimentos ecológicos (CARVALHO, 2012), sendo estes os responsáveis pelas primeiras problematizações em torno da crise existente.

A questão ambiental na contemporaneidade pode ser percebida, então, não apenas como um evento atual, mas também como parte de uma tradição ou história de longa duração (CARVALHO, 2012).

Ao longo dos anos ocorreram diversas mobilizações, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Tais movimentações objetivava a elaboração de políticas e programas que pudessem contribuir para solucionar ou mitigar os grandes problemas ambientais que se apresentavam em âmbito mundial. Foi nessa perspectiva que as conferências internacionais sobre o meio ambiente foram realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A primeira dessas conferências foi a “Conferência sobre o Meio Ambiente Humano”, conhecida como “Conferência de Estocolmo”. O evento foi realizado em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Outras duas conferências internacionais foram realizadas ainda na década de 1970, sendo uma, em 1975, em Belgrado, na Iugoslávia, e outra, em Tbilisi, na antiga União Soviética, em 1977 (CAVALARI, 2006).

A Conferência de Tbilisi é considerada por vários autores como “um marco para a área, além de ter sido o primeiro encontro mundial específico para tratar da Educação Ambiental”. Em sua “Declaração”, publicada posteriormente foram estabelecidos “princípios, estratégias e recomendações para a Educação Ambiental” (CAVALARI, 2006, p.358).

Ainda de acordo com essa autora, “a realização das Conferências Mundiais e, sobretudo, a divulgação de seus documentos, repercutiram em vários países, e a Educação Ambiental, a partir daí, passou a integrar programas e ações de vários governos” (CAVALARI, 2006, p.360)

No Brasil, com o objetivo de educar em escala nacional o povo brasileiro para uso adequado dos recursos naturais (LUCA, 2013), “a educação ambiental aparece

desde 1973, como atribuição da primeira Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)” (CARVALHO, 2012, p.52)

Em 1981 foi criada a Política Nacional do Meio Ambiente PNMA (lei nº 6.938/81). A PNMA estabeleceu no âmbito legislativo a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Ainda na década de 1980, a Constituição Federal, promulgada no ano de 1988, estabeleceu no inciso VI, parágrafo 1º, do artigo 225, que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Um dos eventos mais significativos para o fortalecimento da EA aconteceu nos anos 1990. Com o grande crescimento do debate ambiental e a realização da “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD)”, também conhecida como “Rio- 92” ou “Eco-92”, mobilizou-se processos sociais importantes em todo mundo (CARVALHO, 2008).

Durante o evento foram estabelecidas propostas de ação para os anos seguintes como a “Agenda 21”, cujo objetivo era a criação de, “um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente.” (BRASIL, 2007).

Além disso, resultado do evento “Fórum Global”, evento paralelo à Eco-92, que reuniu representantes de Organizações não-governamentais – ONGs e de movimentos sociais de todo o mundo (CAVALARI, 2006) foi elaborado o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis”, no qual se explicita o compromisso da sociedade civil para com a construção de um modelo mais humano e harmônico do desenvolvimento (MEDINA, 1977) . E, no mesmo período, formulou-se a “Carta Brasileira de Educação Ambiental”.

Durante o seu percurso histórico a EA foi ganhando espaços nas discussões em âmbito nacional e internacional, que contribuíram para a sua institucionalização.

A década de 1990 foi marcada pela realização dos primeiros “Fóruns Nacionais de Educação Ambiental”. No ano de 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), dois anos depois, no ano de 1994, foi criado pela Presidência da República o

“Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)” em função da Constituição Federal e em cumprimento às recomendações da “Agenda 21”. Essa versão vigorou nove anos. (BRASIL, 2005, p.24)

Em 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002, que dispõe sobre a “Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)”, com a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA), no Ministério da Educação (MEC) e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no Ministério do Meio ambiente (MMA), sendo que estes dois órgãos possuem responsabilidade de coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental. (BRASIL, 2005, p.25)

De acordo com Tamaio (2011), o ano de 2003, se configurou como um período de transição governamental, novo governo, novos gestores/as, novas políticas, novas práticas e novas concepções surgiram. Para o autor, esse momento pode ser caracterizado de modo geral, como período de enfrentamento político de um campo permeado de significados e práticas anteriormente pré-estabelecidas, por uma determinada gestão. O novo governo pretendia avanços políticos e projetos voltados a EA que pudessem envolver toda a comunidade e criar relações participativas.

Uma das 13 propostas da política socioambiental da campanha do governo Lula -2002 era “reestruturar e consolidar o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), envolvendo educadores formais, não-formais e populares de todo país. (TAMAIIO,2011, p.44)

Assim, o ProNEA em sua terceira edição no ano de 2005, foi resultado de uma consulta pública envolvendo mais de oitocentos educadores ambientais de vinte e duas Unidades federativas do país, o documento destaca como papel da educação ambiental o fortalecimento das práticas comunitárias sustentáveis e a garantia a participação da população (BRASIL, 2005 apud TAMAIIO, 2011).

A elaboração de políticas públicas ambientais foi sendo construída à medida que a educação ambiental se institucionalizava. Segundo Tamaio, 2011 “a ação política do governo é gerida, negociada e implementada num campo de conflitos e interesses que se contradizem e se complementam de acordo com as condições históricas situadas”.

Portanto vale enfatizar que nenhuma das políticas públicas elaboradas será neutra, todo o processo de formulação e implementação dessas políticas sofrem influência de diferentes fatores, sejam eles sociais, políticos ou econômicos.

O ano de 2002 foi marcado pela eleição para presidente da República do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-líder sindical, com novas perspectivas e concepções ideológicas que fundamentam o campo de atuação desse governo, o então partido é denominado como partido das massas populares, de “esquerda” e progressista, caracterizados por uma concepção política-democrática. (DIONISIO FILHO, 2011)

As políticas públicas implementadas pelo governo Lula justificam o desenvolvimento dessa pesquisa, uma vez que, o novo contexto, se configura pela entrada de novos gestores/as - líderes e participantes dos movimentos ambientalistas- em diferentes órgãos do Meio ambiente. De acordo com Dionísio Filho 2011:

[...] muitos integrantes do grupo que defende a necessidade da “Reestruturação e consolidação” do Programa de Educação Ambiental brasileiro, no Programa de Governo do PT e partidos aliados de 2002, encontram-se em 2005, como gestores no Ministério do Meio Ambiente, como grupo atuante na gestão da senadora Marina Silva no Ministério. As afirmações sugerem que as novas ações, a partir da eleição do presidente Lula e nova constituição do Ministério do Meio Ambiente tenham consolidado ou avançado no sentido de “uma real reestruturação e consolidação” da Educação Ambiental no Brasil, defendidas como propostas enquanto Programa de Governo, em 2002. (DIONISIO FILHO, 2011, p. 140).

Tendo como referência autores que afirmam que a EA brasileira começou, a partir do primeiro governo Lula, a trilhar novos caminhos, em vista do modelo de governo e suas concepções políticas, torna-se importante investigar como se desenvolveram tais políticas. Assim sendo, essa investigação que tem como objetivo analisar as políticas públicas de Educação Ambiental implementadas pelo governo Lula, no período de 2003-2010, será desenvolvida a partir das seguintes questões norteadoras, como se deu o processo de elaboração e consolidação dessas políticas? O contexto sócio-econômico-político do período contribuiu para elaboração dessas políticas? Que concepções de educação e de educação ambiental estão subjacentes a essas políticas?

Os resultados desse trabalho serão apresentados da seguinte maneira:

Na seção 2 apresentamos o delineamento da pesquisa apontando os objetivos traçados, explicitando a abordagem utilizada para concretizarmos os objetivos propostos e indicamos os instrumentos adotados para a coleta e análise dos dados.

Na seção 3, definimos o conceito de política pública, contextualizamos o período de 2003-2010, discorremos acerca dos fatos históricos, políticos e econômicos que levou Lula ao poder e fizemos uma breve caracterização do PT.

Na seção 4, apresentamos as definições de EA explicitadas nas diretrizes legais nacionais, bem como apresentamos as macrotendências político-pedagógicas existentes no campo da EA.

Na seção 5 identificamos e caracterizamos os atores responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas para a EA e bem como mapeamos os programas e leis formuladas e no período investigado. Em especial daremos ênfase ao PRONEA.

2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Os objetivos propostos imprescindíveis para o desenvolvimento da investigação são os seguintes:

Objetivo Geral

- Analisar as políticas públicas de Educação Ambiental implementadas pelo governo Lula, no período de 2003-2010.

Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento das políticas públicas de educação Ambiental (legislação, projetos, programas) elaboradas pelo governo Lula no período em questão.
- Analisar o contexto, econômico, político e social, no qual tais políticas foram elaboradas.
- Identificar que concepções de Educação e de Educação Ambiental fundamentam essas políticas

Para o desenvolvimento da investigação foram estabelecidas as seguintes questões de pesquisa:

- Como se deu o processo de elaboração dessas políticas?
- O contexto sócio-econômico-político do período contribuiu para elaboração dessas políticas?
- Que concepções de educação e de educação ambiental estão subjacentes a essas políticas?

Após a definição dos objetivos, julgamos relevante destacar a particularidade da produção de conhecimento e, mais especificamente, da pesquisa acadêmica, uma vez que, a pesquisa não é uma atividade neutra e, portanto, ela traz consigo, inevitavelmente, a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam

o pesquisador (LUDKE; ANDRE, 2014). Assim, é importante salientar que todo processo de investigação desenvolvido possui uma intencionalidade.

Em consonância com os objetivos propostos e com o problema definido pela pesquisa, adotamos a abordagem de natureza qualitativa como referencial metodológico que nos orientou na coleta e análise dos dados.

De acordo com Bogdan e Biklen, (1994) são cinco as características da investigação qualitativa, a saber: 1. “na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”; 2. “a investigação qualitativa é descritiva”; 3. “os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos”; 4. “os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva” e, finalmente, 5. “o significado é de importância vital na abordagem qualitativa” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.47-50).

Dentre os diversos tipos de pesquisa qualitativa adotamos a pesquisa documental” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) o uso de documentos em pesquisas realizadas nas Ciências Humanas e Sociais são de grande valia:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural[...] (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2)

Gil (2002, p. 44) afirma que este tipo de pesquisa apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato direto com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

De acordo com Godoy (1995),

[...] os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse contexto. (GODOY, 1995, p.22)

Ainda apontando a relevância do uso de documentos, Lüdke e André (2014) afirmam que os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.

O *corpus* documental dessa investigação é constituído pelos documentos oficiais elaborados sobre políticas públicas de educação ambiental no período em questão.

Para o desenvolvimento dessa investigação, inicialmente foi realizado um levantamento dos documentos oficiais sobre educação ambiental elaborados no período, ou seja, projetos, programas, relatórios, pareceres entre outros, dando especial destaque para a análise do PRONEA, nas três versões, desse documento, elaboradas no período de 2003-2010 o qual compreende o período de governo aqui investigado. Em outras palavras, a pesquisa consiste em identificar e analisar como as políticas públicas voltadas para EA se apresentavam, durante os mandatos do presidente Lula.

A partir da reunião desse *corpus* documental foi realizada a análise buscando responder as questões de pesquisa.

Para a identificação das concepções de educação ambiental subjacentes a esses documentos foram utilizadas as macrotendências da Educação Ambiental elaboradas por Layrargues e Lima (2014), ou seja, a macrotendência naturalista, a pragmática e a crítica.

3 ASPECTOS CONTEXTUAIS E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONJUNTURA ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

A presente seção consiste em identificar os acontecimentos que influenciaram a formulação de política públicas e caracterizar rupturas desencadeadas pelo governo investigado em relação a corrente neoliberal além do cenário pós-neoliberal, abrangendo as questões econômicas, políticas e sociais

Segundo Sader (2013, p. 138) a partir do início de século XXI, instalou-se na maioria dos países da América Latina (Argentina-Kirchners; Uruguai- frente ampla; Venezuela- Hugo Chávez; Bolívia- Evo Morales e Equador Rafael Correa), o movimento pós-neoliberal. Ainda de acordo com o autor, “a construção do pós-neoliberalismo no Brasil se deu a partir das condições que levaram à vitória eleitoral de Lula”. A classificação foi identificada a partir da seguinte intersecção:

- a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal;
- b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos;
- c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado. (SADER, 2013, p.138)

A partir das estratégias de governos utilizadas, tentaremos identificar as rupturas e as semelhanças existentes entre a corrente neoliberal e a pós-neoliberal. Destacar essa relação nos auxiliará no processo de compreensão da campanha eleitoral do governo Lula e mais adiante, das políticas públicas formuladas.

Ao nos debruçarmos sobre as questões macropolíticas é de suma importância destacar a atuação do Estado. A relação existente entre política e política pública é determinada desde a etimologia da palavra bem como, a indissociabilidade entre a política e o Estado (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004).

O Estado, enquanto aparelho estatal, é materializado por meio de seus representantes e, portanto, ao investigarmos as políticas públicas formuladas durante os dois mandatos do governo Lula, analisaremos para além da personificação dos representantes do Estado, e sim, a concretização da ação do Estado.

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, p.954), existem diversas possibilidades de adquirir poder e, a política, é apenas uma delas. Ainda, de acordo

com esses autores é possível conceituar e definir etimologicamente política a partir da seguinte caracterização:

Derivado do adjetivo originado de pólis (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo *Política* se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p.954, Grifo do autor)

E ainda complementam:

O termo *Política* foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado: *Política methodice digesta*, só para apresentar um exemplo célebre, é o título da obra com que Johannes Althusius (1603) expôs uma das teorias da *consociatio publica* (o Estado no sentido moderno da palavra), abrangente em seu seio várias formas de *consociationes* menores. Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como "ciência do Estado", "doutrina do Estado", "ciência política", "filosofia política", etc, passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p.954)

Perante a definição apresentada é possível afirmar que o Estado, no que tange à formulação de políticas públicas, desempenha uma função importante. É a partir desta concepção que apontaremos a especificidade do conceito de política pública. Apresenta-se aspectos diferenciados desde a formulação das mesmas até a sua concretização:

O processo de formulação de políticas públicas compreende dois elementos principais: definição da agenda e definição de alternativas. O primeiro envolve o direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos. O segundo, a exploração e o desenho de um plano possível para a ação. Assim, investigar a formulação de políticas consiste em buscar compreender por que alguns assuntos se tornam importantes e acabam concentrando o interesse de vários atores, enquanto outros não. E também porque algumas alternativas são seriamente consideradas, enquanto outras são descartadas. (CAPELLA, 2018, p.9)

Quando nos referimos às políticas públicas, enquanto a ação do Estado, partimos do pressuposto teórico explicitado anteriormente, ou seja, a partir do

momento em que o Estado cumpre a função de avaliar os problemas sociais e posteriormente, estabelece um plano de ação para amenizá-los e ou superá-los. Mediante o exposto, discutir os aspectos contextuais são de extrema relevância tanto para contextualizarmos o fenômeno quanto para identificar as problemáticas que deram origem a formulação de políticas públicas voltadas para o campo da educação ambiental.

Para avançarmos na discussão, considera-se pertinente, recapitularmos os principais acontecimentos políticos e sociais que possibilitaram o ingresso de Lula à presidência da República Federativa Brasileira. Considerando que os fatos históricos são frutos de um processo abrangente e complexo, a presente contextualização, inicia-se na década de 1990.

A política brasileira na década de 1990 foi marcada pelo encerramento da crise inflacionária iniciada na década de 1970, bem como pelo alinhamento de procedimentos econômicos que tirariam o Estado de seu papel político perante o estabelecimento das diretrizes sociais.

O Estado brasileiro na década de 1990 foi berço de políticas neoliberais, cujos mecanismos visavam a participação mínima do Estado em suas funções administrativas e assistenciais. Para executar tais mecanismos, empresas públicas foram privatizadas, a moeda nacional foi atrelada ao capital internacional e ao lucro real dos juros bancários e, de modo massivo, os índices de pobreza e desemprego se acentuaram ao longo da segunda metade da década de 1990.

Conforme Chauí (2013, p 124) o “remédio” era a construção de um Estado forte (no que compete a regulação em prol da iniciativa privada) e, ao mesmo tempo, mínimo (em relação aos direitos sociais). A autora ainda destaca que:

[...]Tratava-se, portanto, de um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados, reduzindo os impostos sobre o capital e as fortunas e aumentando os impostos sobre a renda individual e, assim, sobre o trabalho, o consumo e o comércio. Finalmente, um Estado que se afastasse da regulação da economia, privatizando as empresas públicas e deixando que o próprio mercado operasse a desregulação, ou, traduzindo em miúdos, a abolição dos investimentos estatais na produção e do controle estatal sobre o fluxo financeiro [...] (CHAUÍ, 2013, p. 124)

Destaca-se que a democracia predominou de forma curta nos regimes governamentais da política brasileira. Leva-se em consideração que de 1964 a 1985, ou seja, por vinte e um anos, o país foi vítima da ditadura imperialista conduzida pelos

militares brasileiros, com o fechamento do congresso nacional, a suspensão dos direitos de determinados agentes políticos, bem como a suspensão de eleições diretas para os principais cargos políticos nacional. (VASCONCELOS, 2013).

Considera-se que nos vinte e um anos do Regime Militar, como já destacado, conduzido por um processo golpista e imperialista contra o então Presidente João Goulart, foi marcado pela ocupação de Generais no exercício do cargo de Presidente da República, sempre indicados pelo alto comando das Forças Armadas e, conforme o enredo da época, marcado por muitas disputas e conflitos entre os próprios "operadores do golpe".(VASCONCELOS, 2013).

Segundo Vasconcelos (2013), neste período, deve-se considerar, também, que os demais cargos do executivo estatal, ou seja, os cargos de prefeitos e governadores, se davam pela nomeação efetuada pelo então General que ocupava o cargo de Presidente da República sem qualquer participação popular e político social. (BRASIL, 1966).

Cumprir destacar que ao longo do período militar, ocorreram eleições diretas para governador, ou seja, com o suporte do voto popular, somente no ano de 1982 e, no caso da escolha de prefeitos, deu-se a participação popular somente no ano de 1985. (ALENCASTRO, 2014).

No caso das eleições para o cargo de Presidente da República, em 1985, por intermédio de votação indireta dos membros do Congresso Nacional, deu-se a vitória do primeiro Presidente civil após os vinte e um anos de ditadura militar. Segundo o portal de notícias do congresso nacional:

Tancredo de Almeida Neves (PMDB-MG) foi escolhido pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, em eleição indireta na qual derrotou o candidato do PDS, o deputado Paulo Maluf (SP). Porém, na véspera de tomar posse, em 14 de março daquele ano, Tancredo foi internado em estado grave, no Hospital de Base de Brasília, e Sarney assumiu o cargo. (TELLES, 2010).

Com o falecimento de Tancredo Neves, José Sarney, assumiu definitivamente o cargo de Presidente da República. (TELLES, 2010).

O portal da *agencia ibero-americana para la difusión de la ciência y la tecnologia* destaca, que:

As novas estratégias de combate à inflação perpetuaram-se no governo Sarney. Destacam-se os Planos Bresser (no primeiro semestre de 1987) e Verão (início de 1989, que cria o cruzado novo com 3 dígitos a menos que a

moeda anterior, o cruzado) que apenas insistiram em combater a inflação. Criou-se, assim, o paradigma da década perdida, caracterizado pelo fracasso dos planos de estabilização da economia, por meio do combate à inflação e o esgotamento do modelo de desenvolvimento da década anterior, fundamentado em inúmeras intervenções do Estado na economia. (HISI, 2011).

Em 1989, com o histórico dos vinte e um anos de ditadura militar e a prática de eleições indiretas para a escolha do presidente da república iniciou-se o processo das primeiras eleições diretas para o cargo de presidente da república. E foi neste momento que surgiu a "quebra de panoramas imperialistas e oligárquicos no cenário dos candidatos ao exercício do cargo de presidente da república. (MOISÉS, 1990).

Representando o campo da esquerda nacional, surgiu o nome do então candidato Luis Inácio Lula da Silva, popularmente chamado de Lula, então Deputado Federal por São Paulo, metalúrgico e sindicalista por profissão e fundador do Partido dos Trabalhadores – PT. (REIS, 2007).

Descrever a personalidade de Lula não é uma tarefa simples, entretanto, o Senador Roberto Requião, caracteriza: *"Lula é culpado da sua inocência"*.

Lula é culpado. Desde sempre. Nasceu culpado, viveu sob o estigma da culpa e haverá de morrer no pecado. Lula é culpado há gerações. O seu sangue está contaminado por cepas indígenas e, provavelmente, africanas. Lula é malnascido. E mal-agradecido: em vez de se conformar à sorte de ter sobrevivido a uma taxa de mortalidade infantil que transformava em anjinhos, pela graça de Deus, mais de 90 das cem crianças nascidas no sertão pernambucano, quis alçar-se além de sua condição de sobrevivente, de sobra do destino, de raspa do tacho. Quis -oh falta de senso da ordem natural das coisas! - ser presidente da República. (REQUIÃO, 2019).

De acordo com o discurso feito no Congresso Nacional em 2003 (SÃO PAULO, 2003), o “retirante”, uma voz do povo brasileiro, o Lula é o grito representativo das minorias destratadas da nação brasileira. Segundo Antunes (2005) essa representatividade contrastava a hegemonia dominante:

Vale lembrar que o Brasil é um país dotado de um conservadorismo enorme, particularmente em seus segmentos dominantes e proprietários, dotados de um traço quase *prussiano*, que sempre procuram impedir que as mudanças indispensáveis para o resgate da dignidade da classe trabalhadora venham a ocorrer. Nessa contextualidade, a vitória eleitoral e política de Lula e do PT teve um significado real e simbólico muito expressivo. Bastaria dizer que se trata, pela primeira vez, de uma candidatura de *origem operária*, talvez a mais importante de toda a história social do Brasil, que chega ao poder. (ANTUNES, 2005, p. 134, Grifos do autor)

Na oposição, se apresentava o então Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, representando a elite e o capital dominante das oligarquias brasileiras.

Durante a campanha eleitoral, em especial no primeiro turno, no campo representativo da esquerda brasileira, deu-se como protagonista o então Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e o então Senador por São Paulo, Mário Covas. (SIMON, 2006)

As discussões foram calorosas naquele primeiro turno das eleições de 1989 entre Maluf e Brizola, mas ambos não foram para o segundo turno. O segundo turno daquele pleito foi protagonizado entre Lula e Collor. LIMONGI, GUARNIERI, 2014).

Os debates e os atos de campanha se tornaram intensos, Collor tinha o poder da mídia (SILVA, 2016) e o discurso populista com a elite dominante, já Lula, como previsto, tinha o apoio da classe trabalhadora.

Com bem ressaltado em nota do portal "Pragmatismo Político":

Boni admitiu que a emissora assumiu o lado de Fernando Collor de Mello. Segundo ele, após ser procurado pela assessoria do ex-presidente, o superintendente executivo da Globo, Miguel Pires Gonçalves, pediu que ele palpitasse no evento. "Eu achei que a briga do Collor com o Lula nos debates estava desigual, porque o Lula era o povo e o Collor era a autoridade, contou. (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2011).

Programas econômicos foram implantados para combater a inflação no Governo Collor, mas tais não foram suficientes para sanar a questão. O ápice da crise inflacionária no Governo Collor foi no confisco da poupança ocorrido em 1992. Como bem destaca Lara Tannus (2018):

[...] pela MP 168 o governo se apropriou de 80% dos ativos financeiros e da moeda em circulação e os depositou no Banco Central, prometendo devolver os depósitos aos seus donos, com juros e correção monetária, em 12 parcelas iguais de cruzeiros que começariam a ser pagas depois de 18 meses. A apropriação atingiu a quase totalidade das aplicações financeiras - inclusive cadernetas de poupança -- e todos os depósitos em contas correntes que excedessem 50 mil cruzados novos (o que equivalia a 625 dólares no câmbio não oficial. Os 20% que restaram da apropriação foram convertidos em cruzeiros, e podiam ser usados. (TANNUS, 2018).

Além da problemática gerada pelo confisco da poupança, Collor também enfrentou uma série de questões envolvendo corrupção e prejuízos ao erário, o que resultou na sua renúncia e, posteriormente, no seu processo de *impeachment* (SALLUM JR; CASARÕES, 2011).

O vice de Collor, Itamar Franco, assumiu o cargo de Presidente da República, tendo como principal pressuposto controlar a crise inflacionária (IANONI, 2009). Para isso, Fernando Henrique Cardoso, idealizou – de modo sistêmico – o chamado "Plano Real". (IANONI, 2009).

De acordo com o portal do Banco Central do Brasil:

O Plano Real foi um processo de estabilização econômica iniciado em 1993 e o seu sucesso representou a quebra da espinha dorsal da inflação no Brasil. A entrada em circulação do real em 1º de julho de 1994 mudou o cenário de uma inflação que, no acumulado em doze meses, chegou a 4.922% em junho de 1994, às vésperas do lançamento da nova moeda. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d)

Segundo Ianoni (2009) o Plano Real foi bem sucedido. O então Governo Itamar instaurou a nova moeda, chamada real, indexou os elementos de contensão da inflação e, conseqüentemente, restabeleceu a economia nacional. Ainda conforme o autor, o sucesso estava associado a resolução dos seguintes problemas:

[...] 1) à nova inserção internacional orientada para o mercado dos setores público e privado da economia brasileira; 2) à repactuação sociopolítica, que deixa para trás mais de uma década de *crise de hegemonia*, aberta pela ruptura da *aliança desenvolvimentista*; 3) à ordem político-institucional; 4) e à esfera ideológica, por assegurar, de imediato, e induzir, ao longo do tempo, a um ambiente nacional muito mais propício à expansão da cultura e da agenda liberais, sob diferentes matizes, entre os agentes de mercado, elites políticas e atores sociais.

Devido ao sucesso do Plano Real, o idealizador do referido plano, Fernando Henrique Cardoso – FHC, se candidatou ao cargo de Presidente da República, tendo como na oposição ao antigo opositor de Collor, Lula. (MENDES, VENTURI, 1994).

O Governo FHC foi marcado pela organização na economia do Estado, ancorada nos princípios neoliberais, onde se praticou atos privatistas perante os bens e riquezas do Estado. (ANTUNES, 2005).

Por intermédio da Emenda Constitucional nº 16/97, o Governo FHC patrocinou a possibilidade de reeleição aos cargos de Presidente da República, Governadores de Estados e do Distrito Federal, bem como Prefeitos. Desta feita, estabeleceu-se no art. 14, §5º, da CF/88:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:[...]
§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos

mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (BRASIL,1988).

Com a possibilidade de ser reeleito, FHC se candidatou a reeleição e obteve expressiva vitória nas urnas, tendo, mais uma vez, Lula como opositor. (COUTO; ABRUCIO, 2003).

O segundo mandato de FHC foi marcado pela inacessibilidade ao consumo e pelo crescimento do desemprego. Como bem destaca a reportagem de José Roberto de Toledo: “A taxa de desemprego nacional cresceu 38% nos quatro anos do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Passou de 6,5% para 9,0% da População Economicamente Ativa (PEA).” (TOLEDO, 1999).

Já no início do segundo milênio, a crise energética também foi um fator negativo para o Governo FHC. O arquivo de memórias do jornal “O Globo” aponta:

A chamada "crise do apagão", que ocorreu no Brasil em 2001 e 2002, foi o resultado da combinação da falta de investimentos na geração e na transmissão de energia elétrica com uma estiagem prolongada, que reduziu drasticamente os níveis dos principais reservatórios de água no país, nas regiões Sudeste e Nordeste. Essa combinação impossibilitou a produção de energia suficiente para atender ao consumo, tanto industrial quanto residencial, levando o governo federal a implantar rigorosa política de racionamento, com a redução obrigatória do uso de energia pelos brasileiros e pelas empresas. (O GLOBO, 2013).

Em 2002, iniciou-se a campanha eleitoral para o cargo de Presidente da República, na qual FHC apoiou como sucessor o seu Ex-Ministro da Saúde, José Serra, tendo como opositor, Lula. No processo em questão, Lula foi eleito e tomou posse do cargo no dia 1º de janeiro de 2003.

Segundo Barbosa (2012, p.41-42), a vitória de Lula expressa “esperanças e desconfianças de como iria administrar a economia brasileira.” Segundo o autor:

“[...] A esperança ficava por conta da população desejosa de transformações sociais. A desconfiança, por outro lado, estava sentada ao lado daqueles que se preocupavam primeiramente com a estabilidade econômica do país” (BARBOSA, 2012, p.42)

Como bem destacou Lula em entrevista concedida ao jornal “Folha de São Paulo”, em 27 de abril de 2019, sua política governamental não poderia errar naquele primeiro mandato.

Lula iniciou seu governo com políticas públicas consoantes ao interesse dos direitos sociais (ALMEIDA, 2004). Tais políticas visavam propiciar o acesso aos meios de subsistência à dignidade da pessoa humana, por intermédio de condições básicas ao acesso à saúde; educação; à renda e ao convívio numa social justa e igualitária. (ALMEIDA, 2004)

Como bem destaca, Doca (2007) em novembro de 2007, matéria do jornal o Globo:

Com o desempenho de 2006, quando o país criou 1,9 milhão de empregos, incluindo trabalhadores com carteira assinada e funcionários públicos da União, estados e municípios, o governo Lula fechou o primeiro mandato (2003 a 2006) com a criação de 6,4 milhões de empregos formais, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). (DOCA, 2007).

Entre as rupturas que conseguimos identificar no contexto analisado, percebe-se o engajamento do governo Lula desencadeou mudanças significativas na vida da classe trabalhadora. Entretanto, verificaremos nos próximos capítulos se as referidas mudanças atingiram o campo da EA.

A seguir, com o intuito de contemplar o objeto de estudo, direcionaremos a discussão e daremos ênfase as diretrizes legais acerca da educação ambiental e as suas macrotendências político-pedagógicas

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS E TENDÊNCIAS

A discussão acerca de concepções de educação ambiental será de fundamental importância para alicerçarmos os fundamentos que embasam as políticas públicas formuladas. Nesta seção, algumas definições acerca da educação ambiental bem como, as suas macrotendências.

Conforme estabelecido no artigo 1º, da lei 9.795, de 27 de abril de 1999, a educação ambiental, está ancorada na seguinte concepção:

[...] Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

A presente concepção manifesta uma compreensão de EA que será adotada na formulação de políticas públicas. Tal afirmação explicita um posicionamento conceitual e, portanto, político. Por outro lado, vale destacar que o referido artigo é um elemento norteador e, deste modo, os processos de desenvolvimento de políticas públicas podem se ancorar nos parâmetros apresentados ou ultrapassá-los.

Perante a perspectiva defendida pela PNEA, considera-se pertinente apontar como as diretrizes legais apresentam o conceito de educação. De acordo com o artigo 1, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o conceito de educação abrange:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

Ao compreendermos a educação enquanto um fenômeno amplo considera-se relevante apontar que a concepção de educação ambiental, por mais que seja adjetivada como “ambiental”, prevalece a sua natureza educativa. Ao retomarmos os postulados previstos na PNEA, percebe-se abrangência da EA e a sua relevância no processo educacional:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos

os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999)

Carvalho (2004) também enfatiza o caráter educativo da Educação Ambiental, ao mesmo tempo que enfatiza sua especificidade. Veja-se:

[...] o adjetivo ambiental foi ganhando valor substantivo no caso da educação ambiental uma qualidade que não pode ser facilmente descartada sem o prejuízo da identidade do que hoje reconhecemos como educação ambiental. Contudo, de tempos em tempos vemos retornar os argumentos contrários a denominação de educação ambiental enquanto um tipo de educação. Trata-se do velho argumento de que “toda educação é ambiental, assim, toda educação ambiental é simplesmente, educação”. (CARVALHO, 2004, p.17)

A constância da EA e o seu caráter essencial na educação nacional faz com que haja diversas maneiras para concretizar os objetivos formativos propostos pelo campo. Nessa perspectiva, ressalta-se que a EA ocupa um lugar privilegiado na formação dos sujeitos e, conseqüentemente, na sociedade.

No art. 3º, inciso I, da Lei 6.938/1981, destaca-se que meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida por Eco 92 ou Rio 92, definiu a necessidade de a comunidade política internacional compatibilizar seus interesses econômicos, além dos interesses desenvolvimentistas, com a utilização e impactos dados à natureza. (CARVALHO, 2008).

Essa Conferência ocorreu vinte anos depois do primeiro debate sobre as políticas ambientais da humanidade, em Estocolmo, Suécia, sendo que as nações reconheceram o “conceito finalístico da ideia de desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR).

A partir da realização da Rio-92 iniciaram-se práticas e ações internacionais de proteção ambiental, as quais em regra, se discutiram propostas e medidas alternativas para a preservação da natureza nas gerações futuras do planeta.

Em consonância com as diretrizes apontadas anteriormente, o Brasil, ao longo dos anos 1990, por meio de políticas públicas de Estado, se viu na posição de politizar seus cidadãos para as práticas sustentáveis necessárias para o modo vida do segundo milênio.

A Constituição Federal de 1988, como bem pontua, Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco:

[..] que, significativamente, pela primeira vez na História do nosso constitucionalismo, apresentava o princípio do respeito à dignidade da pessoa humana e o Título dos direitos fundamentais logo no início das suas disposições, antes das normas de organização do Estado, estava mesmo disposta a acolher o adjetivo cidadã, que lhe fora predicado pelo Presidente da Assembleia Constituinte no discurso da promulgação. (MENDES; BRANCO, 2019, p.100).

Nesse sentido, junto ao Capítulo VI – DO MEIO AMBIENTE, a Constituição Federal de 1988 traçou os preceitos fundamentais das políticas e regras jurídicas ambientais da República Federativa do Brasil, trazendo, junto ao art. 225, *caput*, o compromisso de garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido tal ambiente como bem de uso comum do povo brasileiro, essencial a qualidade de vida destes. (BRASIL, 1988).

Por fim, o mesmo art. 225, *caput*, da CF/88, impõe ao Poder Público brasileiro – isto é: executivo, legislativo e judiciário (art. 2º da CF/88) – o compromisso de garantir a defesa e preservação do meio ambiente brasileiro para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Assim, com base no alicerce fundamentado pela Constituição Federal de 1988, estudiosos (CAVALARI, 2006; LUCA, 2013) percebem o início de uma série de políticas e normas de direito e/ou garantias a preservação do meio ambiente.

Entre tais, por intermédio da Lei Federal nº 9.795/99, deu-se a regulamentação da educação ambiental no Brasil. (BRASIL, 1999).

Tal instrumento legal traçou, enfaticamente, os planos da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, introduzindo os princípios básicos da referida Política Nacional, bem como quais são os objetos do plano em discussão, além do objeto fim e contínuo do processo sociocultural da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. (BRASIL, 1999)

A PNEA é o alicerce inicial do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, uma vez que, propaga a ideia de sociedades sustentáveis, pessoas e personalidades com o pensamento sustentável e ecológico, sem contar o desencadeamento cultural das práticas e boas maneiras ecológicas no plano social. (BRASIL, 1999).

O Estado como um todo também foi destaque no ProNEA, pois sem a presença direta da administração pública – além das políticas públicas fixadas nos planos de governo – não o que se fazer para de fato concretizar o objetivado plano e diretrizes das políticas nacionais de educação ambiental.

Mediante a diversidade de correntes que perpassam a EA, aponta-se a relevância de compreender a multiplicidade existente no interior da área do conhecimento abordada, elencando os seus aspectos históricos.

Em relação à discussão acerca da educação ambiental torna-se importante destacar alguns elementos que nortearam a construção desse campo multifacetado. Segundo Layrargues e Lima (2014):

[...]a Educação Ambiental pode ser entendida, simultaneamente, como um subcampo derivado do campo ambientalista e também como um campo relativamente autônomo. Isso porque historicamente a Educação Ambiental retirou do campo ambientalista os elementos simbólicos e institucionais mais significativos de sua identidade e formação. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.25)

À procura da sua identidade, as EA'S, depararam com uma gama de possibilidades de atuação. Por mais que houvesse determinações oriundas do campo ambientalista, supera-se as barreiras conceituais e articula-se novos diálogos com outros campos do conhecimento. (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

As articulações com outras áreas do conhecimento oportunizaram a identificação de diferentes caminhos para concretizar os meios e os fins da educação ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.28)

[...]Dependendo desse conjunto complexo de circunstâncias, alguns atores escolhem um determinado caminho, outros escolhem um caminho diferente: uns acreditam ser determinante o desenvolvimento da sensibilidade na relação com a natureza, outros entendem que é fundamental conhecer os princípios ecológicos que organizam a vida. Alguns têm forte expectativa no autoconhecimento individual e na capacidade de mudança do próprio comportamento em relação à natureza, outros estão seguros que é preciso contextualizar o problema ambiental com suas dimensões sociais e políticas, entre outras possibilidades. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.28)

O reconhecimento das múltiplas formas de manifestação da EA foi fundamentado a partir da construção histórica do referido campo. Layrargues e Lima (2014) afirmam que a o reconhecimento da “multiplicidade de propostas conceituais”, foi evidenciado durante o processo de “consolidação do campo”.

Um elemento que legitima a multiplicidade de concepções no referido campo são as correntes político-pedagógicas que embasam e justificam as práticas pedagógicas e as políticas públicas formuladas.

De acordo com Layrargues e Lima (2014, p.25), é difícil indicar exatamente o período em que as correntes político-pedagógicas foram formuladas, entretanto, pode-se afirmar que o debate se intensificou no início dos anos 1990.

Ainda conforme os apontamentos dos autores, nos anos 1990, ocorreu um movimento de ruptura em relação à corrente conservacionista (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2001). Assim sendo, as EA's, que até o presente momento anulava sua dimensão política, sente a necessidade de explicitar o seu posicionamento político-pedagógico. Situando historicamente a construção das tendências afirma-se que:

[...] a vertente conservacionista deixou de ser a mais recorrente, ao menos entre os educadores ambientais próximos ao núcleo orientador do campo, surgindo outros dois caminhos: a vertente crítica despontando como uma alternativa capaz de realizar o contraponto à vertente conservacionista; e a vertente pragmática, derivação ainda não tão nítida da vertente conservacionista, nutrindo-se inicialmente da problemática do lixo urbano-industrial nas cidades, como um dos temas cada vez mais utilizados nas práticas pedagógicas. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 28)

Assume-se desta forma, de acordo com Layragues e Lima (2014), três macrotendências político-pedagógica; *a conservacionista*, *a pragmática* e *a crítica*. Uma vez que as tendências expressam a adesão de determinadas correntes de pensamento durante um período da história, considera-se interessante destacar que as correntes se constituíram historicamente.

A construção histórica nos permite visualizar os aspectos comuns entre as correntes e, por outro lado, observar as rupturas existentes entre uma corrente e outra. Nesse sentido, ao apontarmos as características, em uma perspectiva comparativa, conseguimos identificar as convergências e as divergências apresentadas entre as macrotendências.

De acordo com Sauvé (2003):

[...] a no     de corrente se refere aqui a uma maneira geral de conceber e de praticar a educa     ambiental. Podem se incorporar a uma mesma corrente, uma pluralidade e uma diversidade de proposições. Por outro lado, uma mesma proposi       pode corresponder a duas ou três correntes diferentes,

segundo o ângulo sob o qual é analisada. Finalmente, embora cada uma das correntes apresente um conjunto de características específicas que a distingue das outras, as correntes não são, no entanto, mutualmente excludentes em todos os planos: certas correntes compartilham características em comum (SAUVÉ, 2003, p. 17)

Com base nas investigações desenvolvidas por Layrargues e Lima (2014); Sauvé (2003); Silva; Campina (2011), a corrente conservacionista é subsidiada teoricamente pelos estudos oriundos das “correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica”, a corrente, centrando a discussão ambiental em torno do comportamento individual, defende a ideia de “recursos” ambientais e, desta forma, evidencia que os mesmos devem ser poupados.

Por sua vez, a macrotendência pragmática, por ter sido concebida em um contexto de pós-guerra, a referida corrente, ajusta-se às exigências do neoliberalismo e tem intencionalidade de compensar “ [...] as “imperfeições” do sistema produtivo baseado no consumismo” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.31), apresentando uma mudança de comportamento social, com intuito de promover ações que contemplem os problemas ambientais

Em contrapartida, a vertente crítica, evidencia os princípios da educação popular bem como, a transformação da sociedade, a corrente, está ancorada conceitualmente nas produções de Karl Marx e Paulo Freire (LIMA, 2009). De acordo com essa concepção, os problemas ambientais estarão associados às questões estruturais da sociedade e, portanto, diferentemente das outras correntes, a vertente crítica, direciona os seus esforços ao combate da estrutura vigente.

Layrargues e Lima (2014) afirmam que a vertente conservacionista marcou, de forma significativa, o conceito de EA. O pioneirismo político-pedagógico da corrente mencionada subsidiou diversas discussões no campo da EA. É interessante ressaltar que, na própria formulação das outras correntes, a tendência em questão foi essencial para construção de uma concepção alternativa (LAYRARGUES; LIMA, 2014)

A grande crítica que se faz a esta EA que vem se consolidando e que os autores aqui citados denominam de EA Conservadora é sua a despolitização e a não contextualização social, econômica e cultural. Há em sua prática um enfoque fortemente ecológico que, ao priorizar uma posição de produção e transmissão de conhecimentos e valores ecologicamente corretos, reforçar o dualismo sociedade-natureza existente. Peca ao não colocar o homem como sujeito responsável pela crise ambiental e sua solução. Enfim, é uma EA que está de acordo com a realidade socioambiental vigente e, por isto, é incapaz de transformá-la. (BERTOLUCCI; MACHADO; SANTANA, 2005, p. 39)

As tendências, por mais distintas que sejam, apresentam aspectos em comum e, dessa forma, as correntes pragmáticas e conservacionistas foram alvo de críticas por enfatizar as “[...] individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudista e normativa não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato[...]” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 29).

De acordo com os autores ambas as correntes podem ser consideradas “representações conservadoras da educação e da sociedade porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais.” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.30).

A partir dos apontamentos apresentados no corpo da presente seção, observamos a multiplicidade de fatores e conceitos que perpassam o campo da EA. As macrotendências pedagógicas (LAYRARGUES; LIMA, 2014), são de fundamental importância para compreendermos a formulação de políticas públicas voltadas para EA.

Nesse sentido, visando dialogar os conceitos abordados, na próxima seção identificaremos e caracterizaremos as políticas públicas voltadas para a EA, que foram formuladas e/ou implementadas no período de 2003-2010.

5 MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (2003-2010): CARACTERIZAÇÃO E MACROTENDÊNCIAS

A seção apresentada terá o intuito de identificar as entidades, os programas e as leis constituídas no período em questão. Os elementos apontados auxiliarão no processo de identificação das macrotendências políticas adotadas no processo de formulação de políticas públicas voltadas para a EA.

Para avaliarmos as intencionalidades políticas dos dois mandatos do governo Lula, consideramos pertinente consultar os programas de governo formulado pelo PT. Deste modo, ao consultar o programa de governo apresentado para a população em 2002, a temática ambiental é abordada através do eixo “Inclusão com Justiça Ambiental”. O texto consta que, na última década, houve defasagem no crescimento econômicos e pontua os danos socioambientais provocados pelas políticas públicas elaboradas anteriormente. Nesse sentido, o plano de governo, compromete-se com:

Nosso governo trabalhará por um novo padrão de desenvolvimento, com crescimento econômico, inclusão social e justiça ambiental, de modo que, resguardado o direito das gerações futuras, todos tenham acesso justo e equitativo aos recursos naturais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 14)

E ainda se complementa:

[...] Nosso governo se comprometerá com a melhoria da qualidade ambiental como geradora de novas oportunidades de inclusão social, através de três estratégias: (a) adoção de critérios socioambientais de sustentabilidade para as políticas públicas, fortalecendo os sistemas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos e defesa do consumidor; (b) estabelecimento de metas de melhoria dos indicadores socioambientais – desmatamento, focos de calor, emissão de CO₂ e CFC, esgotamento e tratamento sanitário, abastecimento de água, controle de vetores, resíduos sólidos, qualidade do ar, acesso aos bens naturais, consumo de energia, tecnologias limpas; (c) controle social por meio da participação popular, da educação e da informação ambientais, e da valorização das iniciativas da população e da sociedade civil organizada. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 14)

O Plano de Governo 2007/2010, elenca, com maior profundidade, as ações propostas para o meio ambiente. Em consonância com o problema de pesquisa da presente investigação, considera-se importante destacar que, o referido documento, apresenta a intencionalidade do governo em “Expandir as ações de educação

ambiental, promovendo campanhas de consumo sustentável e economia de energia.”
(PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007, p. 23)

Os propósitos estabelecidos no plano de governo contribuem para o direcionamento das políticas públicas associadas à EA. Entretanto, por sua vez, é relevante salientar as entidades que garantirão a concretização das mesmas. Deste modo, discutiremos a seguir, a composição dos órgãos deliberativos responsáveis pelas políticas voltadas ao Meio ambiente.

Primeiramente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pode ser indicado como a entidade de maior destaque, em relação a discussão sobre o meio ambiente. Regulamentado pela lei, 6.938/81, o conselho, se organiza a partir de “câmaras técnicas e grupos de trabalhos”.

No período investigado (2003-2010), o CONAMA, foi composto da seguinte maneira:

QUADRO 1. Composição do CONAMA (2003-2010)

Presidentes	Secretários- executivos	Coordenadores e Diretores
Marina Silva (2003-2008) Carlos Minc Baumfeld (2008-2010)	Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo (2002-2003) Claudio Roberto Bertoldo Langone (2003-2007) João Paulo Ribeiro Capobianco (2007-2008) Izabella Mônica Vieira Teixeira (2008-2010) José Machado (2010)	Eleonora Galvarros Bueno Ribeiro (2002-2003) Muriel Saragoussi (2003-2004) Nilo Sérgio de Melo Diniz (2004-2010) Adriana Sobral Barbosa Mandarino (2010-2014)

	Francisco Gaetani (2010-2015)	
--	----------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações extraídas do site do CONAMA.

De acordo com o nosso objeto de estudo, daremos ênfase no “CT Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”. Ao verificar os processos da referida Câmara, identificamos dois processos que, atualmente, encontram-se inativos. Vale ressaltar que, o primeiro deles, não estava associado ao recorte cronológico da pesquisa.

Em contrapartida, o processo de Nº 02000.003016/2008-65, por mais que tivesse algumas discussões em um período posterior, inicia-se a organização do evento em outubro de 2008. O evento se enquadra na modalidade seminário e teve como tema “Desafios e Perspectivas da Educação Ambiental no Setor Empresarial e Sindical”.

O evento em questão objetivava fomentar o diálogo entre a EA e o Setor empresarial e sindical. Um dos objetivos específicos que implica diretamente na formulação de políticas consistia em “discutir sobre princípios e diretrizes que possam subsidiar as atividades normativas do CONAMA e os órgãos de governo, na formulação de políticas públicas de Educação Ambiental com foco no setor empresarial”

É importante observar que o horizonte temporal dos políticos e empresários é, geralmente, de curto prazo. Os políticos têm mandatos curtos e os empresários almejam maior lucro em menor período possível. As políticas ambientais exigem um horizonte de longo prazo. Elas não devem ser vistas como um entrave ao crescimento, e sim como elementos constitutivos do desenvolvimento. Devem ser pensadas a partir do interesse nacional de longo prazo, orientadas para o desenvolvimento sustentável, visando, sobretudo, ao atendimento das necessidades das futuras gerações. (VIEIRA; CADER, 2013, p. 238)

Por mais que determinado objetivo esteja em consonância com decreto nº 99.274/90 e, mais especificamente, com a Política Nacional do Meio Ambiente, é interessante ressaltar a participação de instituições que recentemente estiveram associadas a crimes ambientais, dentre elas; a Fundação Vale. O evento também

contou com a presença de outras empresas: Instituto Natura Banco Real. FURNAS, Fundação “O Boticário”, Sadia e etc.

Vieira e Cader (2013) em um estudo, discutem as políticas ambientais propostas durante a década de 2002-2012. A menção do estudo em questão é de vital importância para compreendermos as demandas provenientes do povo e do meio no período investigado. Os autores elencam 5 eixos, que são: a) Biodiversidade; b) Florestas; c) Mudanças climáticas e energias renováveis; d) Saneamento e meio ambiente urbano; e) Produção e consumo sustentáveis.

No quesito biodiversidade, as políticas públicas identificadas no estudo antecedem o recorte cronológico adotado pela presente investigação. Em contrapartida, ao que corresponde o eixo floresta, segundo os autores, percebe-se a necessidade de regulamentar a Lei 11.428/2006, legitimar o Programa Nacional de Fomento da Agricultura Familiar (PRONAF) e instituir a Lei de Gestão de florestas públicas.

No eixo “Mudanças climáticas e energias renováveis” apresenta-se o decreto nº 6.263/2007 que “Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências.”.

Dando continuidade aos processos de formulação de políticas públicas, os Vieira e Cader (2013, p.234) apontam que a Lei n. 12.187/2009, é utilizada enquanto um “Instrumento” de combate ao aquecimento global uma vez que estabelece a “Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Em relação ao “Saneamento e meio ambiente urbano” aprova-se a lei n. 12.305/2010, que regulamenta a “Política Nacional de Resíduos Sólidos”.

Segundo os autores, no período proposto pela investigação, não apresentam nenhuma política pública que contemple o eixo “Produção e consumo sustentável”.

5.1 Identificação das políticas públicas voltadas para Educação Ambiental no período de 2003-2010.

O corpus documental da pesquisa ora apresentada consiste em identificar as legislações formuladas no período de 2003-2010 e analisar as duas versões do Programa Nacional de Educação ambiental (ProNEA).

Atualmente o PRONEA possui cinco versões. As mesmas foram publicadas respectivamente nos anos de 1994, 2003, 2005, 2014 e 2018. É interessante pontuar que o site do Ministério do Meio Ambiente (MMA) disponibiliza as edições de modo gratuito e online.

No período investigado, foram formuladas duas edições do PRONEA e, com o intuito de contemplar o período investigado analisaremos a 2º e a 3º edição do programa.

As investigações associadas ao PRONEA utilizam diferentes estratégias para analisar o documento. A presente investigação teve como aporte o procedimento utilizado por Luca (2013). Mediante ao exposto, inicialmente, consideramos pertinente observarmos a estrutura dos documentos.

No quesito estrutural, evidencia-se alguns elementos que contrastam as diferenças entre os documentos, que são: a quantidade de páginas e os elementos que os constituem. A 3º edição supera a produção anterior apresentando o dobro de páginas e, por sua vez, um dos elementos que aparece nesta versão de forma específica é subtítulo denominado “linhas de ação”.

Ao acessarmos via internet ambos os documentos, elencamos a capa do documento enquanto um item a ser destacado. A capa da edição publicada em 2003, por sua vez, não estava presente no documento disponibilizado pelo MMA. Encontramos a capa a partir de uma busca realizada na base metabuscadora “Google”. A imagem encontrada era uma paisagem, entretanto, devido à má qualidade da imagem, não foi possível inserir no corpo do trabalho.

Em contrapartida, a 3º edição disponibiliza o documento na íntegra. A capa da versão publica em 2005 expressa a diversidade existente no território brasileiro e ainda, esboça os diferentes elementos que constituem a EA, no Brasil.

Ambas as edições foram organizadas pelo Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), entretanto, a elaboração do documento em si, contou a com participação de diferentes agentes.

Na segunda edição do PRONEA (BRASIL, 2003), a elaboração do documento foi incumbida aos órgãos gestores, vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e do

Ministério da Educação. Por outro lado, a 3ª edição do documento, apresenta um diferencial, uma vez que o documento foi elaborado por um movimento mais descentralizado e democrático. De acordo com a apresentação da 3ª edição do PRONEA:

O documento foi elaborado por um processo de consulta pública, envolvendo “mais de mais de 800 educadores
 -EA nas Orientações Curriculares
 - “instituição da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM)”,
 - Criação do documento “Compromisso de Goiânia” ambientais de 22 unidades federativas do país (PRONEA, 2005)

A construção coletiva do documento permitiu que os interesses de diversos atores, principalmente, os oriundos do campo da educação, manifestassem novas perspectivas acerca da educação ambiental.

Em relação ao público-alvo do programa, foi se alterando de acordo com envolvimento de diferentes atores. Percebemos que na 2ª edição o público-alvo foi definido de modo abrangente e, em contrapartida, com o aprimoramento do documento e o avanço das ações destinadas para a EA, na 3ª edição, define-se, de modo mais específico, que sujeitos o programa deverá alcançar.

As diretrizes de ambas as edições em alguns aspectos se convergem e em outros se divergem. Analisar as diretrizes é um movimento importante para atingirmos o objetivo proposto pela investigação dado que, a partir da identificação dos princípios e ações que norteiam a proposta do programa é possível observarmos o caminho percorrido pela EA.

QUADRO 2. Comparativo entre as diretrizes apresentadas na 2ª e 3ª edição do PRONEA.

EIXO	PRONEA – 2ª Ed.	PRONEA – 3ª Ed.
Diretrizes (O que o documento almeja alcançar)	• Transversalidade • Fortalecimento do SISNAMA • Fortalecimento dos Sistemas de Ensino	• Transversalidade e Interdisciplinaridade. • Descentralização Espacial e Institucional.

	• Sustentabilidade • Descentralização espacial e institucional • Participação e controle social	• Sustentabilidade Socioambiental. • Democracia e Participação Social. • Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.
--	---	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações contidas no PRONEA (2003; 2005).

Percebe-se que a transversalidade é apontada nas duas edições apresentadas. Na 3ª edição, em particular, o referido conceito é acompanhado da “interdisciplinaridade”. Deste modo, podemos afirmar que o conceito foi preservado e, de certo modo, complementado na 3ª edição. De modo complementar, no que corresponde aos princípios estabelecidos no corpo do documento, a questão da interdisciplinaridade e da transversalidade aparecem nas duas edições.

Destaca-se que, na 2ª edição, o programa visava fortalecer a organização institucional da gestão ambiental no Brasil, a partir do SISNAMA e do “Sistemas de Ensino” (PRONEA, 2003). Na 3ª edição, a questão do fortalecimento, bem como, o aperfeiçoamento dos sistemas associados à gestão ambiental, são mantidos.

Por outro lado, apresenta-se também no corpo dos documentos o eixo “Descentralização Espacial e Institucional”. A temática abordada pode complementar de modo significativo o princípio de fortalecimento dos sistemas, entretanto, é importante destacar que, dependendo dos interesses políticos dos sistemas envolvidos, o movimento de descentralização poderá entrar em conflito com os mesmos.

O conceito de sustentabilidade aparece em ambas as edições, todavia, na 3ª edição, ele é adjetivado com o termo “socioambiental”. A adoção do adjetivo mencionado, poderá implicar em uma concepção diferenciada de sustentabilidade.

No âmbito da participação social, entre uma edição e outra, redefine-se a atuação da sociedade no campo da educação ambiental. Na edição publicada em 2003, almejava-se a “Participação e controle social” e, em 2005, estabelecia-se “Democracia e Participação Social”. O controle social é apenas uma das facetas existentes na Democracia e deste modo, a aparição do termo “democracia” expressa um avanço conceitual no campo da educação ambiental.

As diretrizes estão em consonância com os princípios e, desta forma, os princípios serão os fundamentos que orientam as ações propostas pelo documento.

No quesito respeito à liberdade, na 3ª edição, aprimora-se o entendimento sobre o tema e suprime o princípio de “apreço à tolerância”, postulado na edição anterior. Preza-se, igualmente, pela “concepção de ambiente em sua totalidade”, com enfoque na sustentabilidade em ambas as versões.

Os enfoques “humanistas”, “democráticos”, “participativo” e “emancipatório” aparecem nas duas versões. No documento produzido em 2005, amplia-se o grau de profundidade conceitual, a partir da inclusão dos enfoques: histórico, crítico, político, inclusivo, dialógico e cooperativo.

Os enfoques identificados anteriormente apontam uma nova roupagem para a educação ambiental, legitimando a intencionalidade política dos atores envolvidos na elaboração do documento bem como, o comprometimento dos mesmos com uma perspectiva crítica e contextualizada de educação ambiental.

Os princípios também vinculam “a ética, a estética, a educação, o trabalho e as práticas sociais.” (PRONEA, 2003). Posteriormente, a dimensão cultural também se manifesta.

Os princípios educativos são sustentados pela “Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (PRONEA, 2003) e o “Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (PRONEA, 2003) e, na edição futura, mantém os princípios apontados. Ambas as versões se ancoram em um processo de avaliação crítico e construtivo.

Ainda no que corresponde à educação, consta-se, nas duas versões a “Garantia de continuidade e permanência do processo educativo”. (PRONEA, 2003; PRONEA, 2005). Em especial, a edição elaborada em 2003, explicita a importância do princípio de “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (PRONEA, 2003).

Nas versões mencionadas, a abordagem mantida articula “as questões ambientais locais, regionais, nacionais, transfronteiriças e globais.” (PRONEA, 2003; PRONEA, 2005). De uma versão para outra, são reavaliados alguns conceitos. Por exemplo, além de garantir o respeito à pluralidade e à diversidade em relação aos ecossistemas, em uma perspectiva individual e cultural (PRONEA, 2003), em 2005, reconhece a importância de contemplar também os aspectos étnicos e raciais, bem como, preza-se pelo “respeito à liberdade e à equidade de gênero”.

Podemos afirmar que os objetivos determinados nos documentos avançam entre uma versão e outra. Ao observarmos atentamente as informações contidas nos documentos analisados, decidimos organizar um quadro comparando os objetivos estabelecidos em cada uma das versões, com intuito de posteriormente, relacionarmos os programas e projetos elaborados no período com os mesmos.

QUADRO 3. Comparativo entre os objetivos determinados pela 2ª e a 3ª Edição do PRONEA.

PRONEA – 2ª Edição/2003	PRONEA – 3ª Edição/2005
• Estimular e apoiar processos de educação ambiental na construção de valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis • Estimular e apoiar processos de formação de educadores ambientais • Estimular e apoiar processos de formação ambiental continuada e inicial de professores dos sistemas de ensino • Contribuir com a organização de voluntários, profissionais e instituições que atuam em programas de	• Promover processos de educação ambiental voltados para valores humanistas, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação cidadã na construção de sociedades sustentáveis. • Fomentar processos de formação continuada em educação ambiental, formal e não-formal, dando condições para a atuação nos diversos setores da sociedade. • Contribuir com a organização de grupos – voluntários, profissionais, institucionais, associações, cooperativas, comitês, entre outros – que atuem em programas de

intervenção, ensino e pesquisa em educação ambiental • Contribuir para a internalização da dimensão ambiental nos projetos de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida, nas políticas e programas setoriais do governo em todas as suas esferas e setores, nas empresas, nas escolas e nas organizações da sociedade civil	intervenção em educação ambiental, apoiando e valorizando suas ações. • Fomentar a transversalidade por meio da internalização e difusão da dimensão ambiental nos projetos, governamentais e não-governamentais, de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. • Promover a incorporação da educação ambiental na formulação e execução de atividades passíveis de licenciamento ambiental. • Promover a educação ambiental integrada aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, bem como àqueles voltados à prevenção de riscos e danos ambientais e tecnológicos. • Promover campanhas de educação ambiental nos meios de comunicação de massa, de forma a torná-los colaboradores ativos e permanentes na disseminação de informações e práticas educativas sobre o meio ambiente. • Estimular as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas a desenvolverem programas destinados à capacitação de trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre
---	--

	o meio ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. • Difundir a legislação ambiental, por intermédio de programas, projetos e ações de educação ambiental. • Criar espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais. • Estimular e apoiar as instituições governamentais e não-governamentais a pautarem suas ações com base na Agenda 21. • Estimular e apoiar pesquisas, nas diversas áreas científicas, que auxiliem o desenvolvimento de processos produtivos e soluções tecnológicas apropriadas e brandas, fomentando a integração entre educação ambiental, ciência e tecnologia. • Incentivar iniciativas que valorizem a relação entre cultura, memória e paisagem - sob a perspectiva da biofilia –, assim como a interação entre os saberes tradicionais e
--	--

	populares e os conhecimentos técnico-científicos. • Promover a inclusão digital para dinamizar o acesso a informações sobre a temática ambiental, garantindo inclusive a acessibilidade de portadores de necessidades especiais. • Acompanhar os desdobramentos dos programas de educação ambiental, zelando pela coerência entre os princípios da educação ambiental e a implementação das ações pelas instituições públicas responsáveis. • Estimular a cultura de redes de educação ambiental, valorizando essa forma de organização. • Garantir junto às unidades federativas a implantação de espaços de articulação da educação ambiental. • Promover e apoiar a produção e a disseminação de materiais didático-pedagógicos e instrucionais. • Sistematizar e disponibilizar informações sobre experiências exitosas e apoiar novas iniciativas. • Produzir e aplicar instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do ProNEA, considerando a coerência com suas Diretrizes e Princípios.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações contidas no PRONEA (2003; 2005).

Ambas as versões, estabelecem como “linha de ação” a necessidade de analisar, monitorar e avaliar de políticas, programas e projetos de educação ambiental. Em especial, destacamos este eixo também com intuito de averiguarmos se o objetivo proposto pelo documento foi satisfatoriamente atingido.

Dando continuidade ao levantamento documental proposto pela investigação, apontaremos as Propostas de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLP) e os Projetos de Lei (PL), apresentados à Câmara dos deputados, no período determinado pelo estudo.

Os dados foram coletados a partir da busca no sitio oficial da Câmara dos Deputados foi norteada pelo uso do descritor “Educação Ambiental” e para aprimorarmos investigação e potencializarmos, foi empregado os seguintes filtros: anos: 2003- 2010; tipo de proposta: PEC, PLP e PL.

De acordo com os resultados apresentados pela plataforma, identificamos o total de 370 propostas, sendo que, 61 delas foram propostas pelo PT. É importante destacar que a quantidade foi distribuída de acordo com o recorte cronológico, conforme ilustra a tabela:

QUADRO 4. Distribuição de PEC, PLP E PL propostos pelos partidos políticos em geral e pelo PT.

Partidos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Geral	53	41	43	30	68	49	52	34	370
PT	12	9	6	7	12	4	6	5	61

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações contidas no site da Câmara dos Deputados.

Os resultados apontam que as propostas encaminhadas pelo PT, por mais que seja comparada com a quantidade relativa dos demais partidos, considera-se importante destacar que o PT foi o partido que mais elaborou propostas voltadas para educação ambiental, no período de 2003-2010.

Exceto ano de 2008 que a produção do PP, o PR e o PMDB ultrapassaram por uma publicação, a produção do PT. E, de forma mais contrastante, em 2009, a PSB atingiu praticamente o dobro e o PMDB ainda superavam a produção do PT. É importante ressaltar que o PMDB manteve a diferença até o ano de 2010.

Entre as propostas apresentadas pelo PT, classifica-se:

QUADRO 5. Distribuição de quantidade de propostas formuladas pelo PT, no período de 2003-2010, em relação à situação em que se encontra.

Situação	Quantidade
Arquivada	42
Pronta para pauta	2
Aguardando apreciação	1
Aguardando definição	1
Aguardando designação	1
Aguardando o parecer	2
Aguardando deliberação	1
Tramitando em conjunto	4
Transformada em norma	6
Devolvida ao autor	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações contidas no site da Câmara dos Deputados.

Para aprimorarmos a busca, acessamos o site oficial do Ministério do Meio ambiente. O referido site possui um banco de dados legislativos que permite o acesso a diferentes tipos de atos normativos formulados pelo respectivo ministério. A base é nomeada como “Painel Legislação Ambiental”.

Utilizando o descritor “educação ambiental” identifica-se, no “Painel Legislação Ambiental”, três atos normativos implementados no período de 2003-2010: 1) Portaria MMA nº 286, de 29 de setembro de 2005; 2) Portaria MMA nº 132, de 27 de abril de 2009 e 3) Resolução CONAMA Nº 422/2010.

QUADRO 6. Atos normativos constados no “Painel Legislação Ambiental”

Portaria MMA nº 286, de 29 de setembro de 2005	Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, em caráter permanente, a ser desenvolvido entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Portaria MMA nº 132, de 27 de abril de 2009	Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, em caráter permanente, a ser desenvolvido entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Resolução CONAMA Nº 422/2010	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações contidas na base de dados “painel legislação ambiental”

Vale destacar que todos os atos, atualmente, não apresentam revogação expressa. Considera-se relevante apontar que, dentre as normatizações identificadas, duas contemplam o objeto de estudo da investigação. A Portaria MMA Nº 132, altera a redação da Portaria no 269, de 26 de junho de 2003 e estabelece:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), com a finalidade de fortalecer, articular e integrar as ações de educação ambiental não-formal desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente, visando minimizar esforços e recursos, além de otimizar sua execução.

§ 1º Para fins desta Portaria, ficam observados os princípios, diretrizes, objetivos e linhas de ação definidos pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

§ 2º Por ações de educação ambiental entende-se a formulação, execução e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades de meio ambiente que tenham por objetivo ou possuam componentes de: I - sensibilização, formação e/ou capacitação de pessoas;

II - construção de valores, conhecimentos, habilidades e competências individuais ou coletivas que visem à identificação, prevenção e solução de problemas ambientais, ou ainda, a conservação, recuperação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - desenvolvimento de estudos, pesquisas ou experimentos com caráter pedagógico;

IV - produção e divulgação de materiais educativos; e

V - produção, difusão e gestão de informação ambiental de caráter educativo." (NR) (BRASIL, 2003)

Dentre os aspectos contemplados na portaria em questão, evidencia-se o parágrafo 2º, uma vez que, a própria redação legislativa, explicita as ações desenvolvidas e os princípios que norteiam a formulação, a execução e a implementação de políticas públicas voltadas para EA.

Analisando os princípios postulados, percebe-se a adesão de conceitos como “conservação”, “prevenção e solução”, “recuperação e melhoria da qualidade” e, portanto, podemos observar indícios das correntes conservacionista e pragmática.

Ao compreendermos as macrotendências que fundamentam o campo do conhecimento da educação ambiental, considera-se pertinente salientar que o levantamento documental também contará com subsídios oriundos do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Inicialmente, acessamos o site do MMA, na aba “Educação ambiental”, localizada no canto inferior esquerdo da página. A aba em questão é organizada a partir de três ramificações que são: Política Nacional de Educação Ambiental; Programas, Projetos e Ações; Educação a Distância. Consultaremos, particularmente, o segundo eixo mencionado.

Ao acessarmos, notamos que a formulação de programas, projetos e ações associados à educação ambiental estão ancorados com a linha de ação “Educomunicação”. De acordo com o site:

A Educomunicação é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que cuida da articulação de ações comunicação para a Educação Ambiental. Em atendimento à lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade.

Percebe-se, deste modo, que Educomunicação está em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), uma vez que, além de mencionar explicitamente a legislação em questão, legitima, em sua proposta, os princípios norteadores das políticas públicas voltadas para a EA.

Durante o governo Lula, construiu-se o documento intitulado “Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação” (BRASIL, 2008), com intuito de aprimorar a discussão no campo da EA bem como, fomentar a participação popular. Destacamos o referido documento, tendo em vista que o mesmo, estabelece princípios e ainda, propõe linhas de ações através de programas e projetos.

Segundo o documento, os princípios que norteiam a Educomunicação Socioambiental são: 1º - Compromisso com o diálogo permanente e continuado; 2º - Compromisso com a interatividade e produção participativa de conteúdos; 3º - Compromisso com a transversalidade; 4º - Compromisso com o Encontro/Diálogo de Saberes; 5º - Compromisso com proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; 6º - Compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental; 7º - Compromisso com o direito à comunicação; 8º - Compromisso com a não discriminação e o respeito à individualidade e diversidade humana.

Em seguida, o documento faz um importante apontamento no que tange à implementação de políticas públicas, convocando a participação de todas as esferas da sociedade:

A implementação desta política, assim como a de outras políticas públicas, deve ser um dever compartilhado com todos os entes da sociedade. Assim, as linhas de ação abaixo são diretrizes para a ação de todos os atores e processos de Educomunicação no campo da Educação Ambiental. Essas Linhas de Ação sugerem atividades, processos, linguagens e métodos. Mais informações sobre referências e exemplos destas práticas podem ser encontradas na relação de endereços ao final do texto. *Estas ações podem*

ser executadas a partir da iniciativa de qualquer segmento da sociedade, sejam grupos de educadores ambientais, instituições da sociedade civil, órgãos públicos, empresas, rádios comunitárias, etc. (BRASIL, 2008, p. 24, grifos do autor)

As linhas de ações que subsidiaram os projetos voltados para educomunicação socioambiental consistem em articular os “ecossistemas Comunicativos no campo da Educação Ambiental”, promovendo uma “produção interativa / participativa em mídias massivas”. Em síntese, percebe-se que o documento analisado tem a intencionalidade de elencar as possibilidades de atuação da EA, a partir da proposição de sugestões para serem colocadas em prática.

Retomando as informações contidas no site do MMA, apresenta-se como “ações estratégicas” e mais especificamente, como projetos voltados para EA as seguintes iniciativas: Coleciona: Fichário do Educador Ambiental; Circuito Tela Verde: Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente; Projeto Salas Verdes; Plataforma Educare: Práticas de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos; Concurso de Redação da Copa Verde: parceria entre Ministério do Meio Ambiente, Confederação Brasileira de Futebol e Ministério da Educação; Nas Ondas do São Francisco; Telecentros e o Coletivo Educador

A produção “Coleciona: Fichário do Educador Ambiental”, tem sua primeira publicação em 2008. Ainda de acordo com o site, a iniciativa foi organizada pelo “Departamento de Educação Ambiental/Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente” com intuito de oferecer subsídios teóricos e práticos para os Educadores ambientais, em uma perspectiva crítica e reflexiva.

A edição publicada em 2008 discutia aspectos teóricos, definindo conceitualmente o entendimento de diversas correntes acerca da educação ambiental, educação popular e sustentabilidade. Considera-se importante destacar que, no corpo do fichário, havia também sugestões de atividades que contemplavam os fundamentos estabelecidos no PRONEA.

Em uma das produções existentes na primeira versão do fichário, destaca-se a importância do programa “Coletivos Educadores”. O programa em questão, de acordo com o site do MMA, foi construído e desenvolvido durante o processo de gestão do DEA/MMA (2003 – 2008). O histórico percorrido pelo referido programa envolveu a

articulação de diferentes atores para que fosse possível conquistar o espaço ocupado atualmente pela Educação Ambiental.

Destaca-se a participação da Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RUPEA), do Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA), tendo como princípio a permanência e a continuidade das políticas públicas, enfatizando a necessidade de prosseguirem a concretização de um programa de EA, através de outras formas de captação de recursos, que não seja apenas recursos oriundos da esfera pública. Salienta-se a atuação da COM-VIDAS, na implementação da Agenda 21 na Escola (BRASIL, 2004).

Ao pesquisarmos, especificamente na base, os editais referentes ao “Coletivo Educadores”, observamos que o site do MMA, disponibiliza apenas os editais/chamada de projetos, entretanto, não divulga os projetos aprovados. De acordo com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, foram apoiados os seguintes projetos voltados para educação ambiental, no período de 2003- 2010:

QUADRO 7. Projetos financiados pelo FNMA durante o período de 2003-2010.

Nome do Projeto	Estado	Ano
Replantando a Vida - Educação Ambiental para Geração de Novas Práticas na Relação Homem-Natureza, no Assentamento Palmares –	PA	2003
Resgate, Valorização e Disseminação de Práticas Agroecológicas nos Assentamentos de Reforma Agrária	PR	2004
Construção da Agenda 21 de Maxaranguape – RN	RN	2005
Educação Ambiental como base para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Assentamento Cinturão Verde, Ilha Solteira/SP	SP	2005
Comunidades do Taim: educação ambiental e sustentabilidade	RS	2005
Rio Acaraú, Educação, Floresta e Desenvolvimento Sustentável	CE	2006
Educação em Agroecologia e Incentivo à Produção Agrícola	MG	2006
Catadores: Vida e Cidadania	AL	2006

Coletivo educador da região norte da cidade de São Paulo	SP	2006
Educação Ambiental crescendo com a cidade	PE	2006
Educação Ambiental Voltada para a Preservação e Recuperação Ambiental voltada para a Preservação e Recuperação da Bacia do Rio dos Sinos	RS	2007
Educação Ambiental em Unidades de Conservação no Estado da Bahia	BA	2007
Educação Ambiental e Mobilização Social para Preparação do Plano Estadual de Gestão do Semi-Árido	BA	2007
Qualificação da Política Ambiental do Município de Ipê através da Educação Ambiental, tendo como tema gerador a gestão participativa do lixo e dos recursos hídricos.	RS	2010

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados extraídos do site do FNMA.

Durante o período investigado, constata-se a organização de duas Mostras do Circuito Tela Verde, sendo elas respectivamente em: 2009 – 1ª Mostra do Circuito Tela Verde e a 2010 – 2ª Mostra do Circuito Tela Verde. Segundo o site, as “Mostras” tinham o intuito de “divulgar e estimular atividades de educação ambiental, participação e mobilização social por meio da produção independente audiovisual, bem como atender a demanda de espaços educadores por materiais pedagógicos multimídias.”.

A intencionalidade do Projeto ora mencionado dialoga com os princípios defendidos pela Educomunicação Socioambiental. A mostra, entre uma versão e outra, cresceu de modo significativo. Na edição organizada em 2009, havia 250 espaços exibidores e, em 2010, os materiais produzidos foram exibidos em 1.100 espaços.

Por sua vez, a implementação do “Projeto Salas Verdes”, antecede a o período definido pela investigação, entretanto, consideramos pertinente, observarmos, a evolução do projeto durante o Governo Lula. Em conformidade com o site, “O Projeto avançou consideravelmente no estímulo a implantação de Salas Verdes pelo país, especialmente no período compreendido entre os anos de 2000 a 2004.”

Ainda de acordo com o histórico do projeto apresentado no site, ressalta-se que, em 2004, os projetos aderidos participavam de um processo seletivo, no qual tinha critérios de seleção definidos previamente com intuito de superar as dificuldades enfrentadas até o presente momento.

ILUSTRAÇÃO 1. Número de Salas por Processo Seletivo



Figura 5: Número de Salas Verdes implementadas por processo seletivo

Fonte: Imagem extraída do site oficial do “Projeto Salas Verdes”.

Em relação a “Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação Social para a Gestão de Resíduos Sólidos – Educare”, não obtivemos informações acerca do seu histórico. Entretanto, de acordo com o site, a estratégia em questão objetiva “apoiar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, instituída pela Lei nº. 12.305 de 2 de agosto de 2010”

Em suma, percebemos que as concepções de educação ambiental estarão ancoradas nas macrotendências político-pedagógicas. Ao analisarmos o corpo dos documentos constatamos que não aparece explicitamente a concepção adotada bem como, a macrotendência aderida.

Entretanto, o papel da investigação científica é se aproximar do fenômeno com o intuito de compreendê-lo, não em sua totalidade, porém, com profundidade e seriedade. Mediante ao exposto, percebe-se que, por mais que os documentos não manifestem “explicitamente” o seu posicionamento conceitual e, conseqüentemente, político, percebe-se a presença dos mesmos de forma subliminar.

Todos os eixos são pertinentes na identificação dos conceitos que alicerçam as discussões fomentadas no documento, entretanto, destaca-se como os eixos que

mais contemplam, o quesito conceitual da EA, no corpo do documento: a apresentação, as diretrizes, os princípios, os objetivos, as linhas de ação, a missão e o público.

Por mais que apresentação de ambos os documentos explicitem a sua consonância com “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, percebe-se que, na 2º edição do PRONEA, a formulação de uma política pública, realizada por dirigentes e representantes políticos.

Tal construção entra em conflito com os princípios e diretrizes defendidas pelo o documento uma vez que, defende-se a participação e o controle social. A contradição exposta revela uma adesão às correntes conservacionista e pragmatista.

De acordo com Sauvé (2003)    comum apresentar mais de uma vertente:

Cada corrente se distingue, por certo, por características particulares, mas podem se observar zonas de convergência. Por outro lado, a análise de proposições específicas (programas, modelos, atividades, etc.) ou de relatos de intervenção nos levam amiúde a constatar que eles integram características de duas ou três correntes. (SAUVÉ, 2003, p. 39)

Sustenta-se afirmação a partir da forma em que a população    mencionada no documento. Tanto na vertente conservacionista, quanto na pragmática, a “humanidade”,    responsabilizada pelos problemas ambientais e, portanto, direciona-se a culpa e, ao mesmo tempo, a solução para a população.

Em contrapartida, a 3   edição convoca inúmeros representantes da sociedade civil e diferentes entidades para construir o documento. Tal organização expressa maior compatibilidade com a miss    o, os princípios e as diretrizes propostas pelo documento.

Durante a apresentação, a concebe-se a EA e, por sua vez o PRONEA, enquanto um conjunto de princípios e ações que devem ser apropriados pelo povo. No quesito formulação de política públicas, a 3   edição, evidenciou a atuação de diversos agentes/ entidades na mobilização em prol da EA, em uma vertente crítica, contemplando as realidades locais.

De acordo com o documento:

Importante ressaltar que o ProNEA é um programa de âmbito nacional, o que não significa que sua implementação seja de competência exclusiva do poder público federal, ao contrário, todos os segmentos sociais e esferas de governo são co-responsáveis pela sua aplicação, execução, monitoramento e avaliação. Reconhecendo seu estado de permanente construção[...] (BRASIL, 2005, p. 15)

As justificativas apresentadas em ambas as versões, por reconhecerem a influência de questões macroestruturais nas problemáticas ambientais, apontam um viés crítico, entretanto, na 2º edição, legitima o discurso defendido pela macrotendência crítica mas, em contrapartida, afirma que é necessário “promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental [...]” (BRASIL, 2003, p. 9).

Por outro lado, na 3º edição, o posicionamento torna-se mais explícito, uma vez que os problemas ambientais:

Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias industriais. É preciso também considerar que uma significativa parcela dos brasileiros tem uma percepção “naturalizada” do meio ambiente, excluindo homens, mulheres, cidades e favelas desse conceito. (BRASIL, 2005, p.17)

E como uma das alternativas para resolução dos mesmos trilham o seguinte caminho:

As estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo neste contexto as ações em educação ambiental. Dessa forma, assim como as medidas políticas, jurídicas, técnico-científicas, institucionais e econômicas voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental despontam também as atividades no âmbito educativo. (BRASIL, 2005, p. 17)

Em relação aos antecedentes evidencia-se a maior produção de políticas públicas voltadas para a EA na segunda versão do documento. É interessante destacar que, nesse contexto, diferentemente da segunda versão do PRONEA, as políticas públicas contemplavam mais a dimensão educativa do que, o adjetivo ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia ora apresentada possibilita uma visão panorâmica acerca da formulação de políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental no Brasil, no período enfocado. Por mais que estivéssemos analisando as particularidades do governo Lula, é possível observarmos os resquícios destes movimentos na constituição das políticas públicas atuais.

Em outras palavras, podemos dizer que as macrotendências que perpassaram a constituição das políticas públicas, no referido período de estudo, ainda se manifestam no campo de conhecimento acerca da Educação Ambiental.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, podemos afirmar que o levantamento documental realizado oportunizou a identificação bem como, o mapeamento, das políticas públicas associadas ao objeto de estudo.

Para compreendermos a formulação de políticas públicas, a contextualização do período analisado, a partir de uma perspectiva, política, econômica e social, foi de vital importância para identificarmos os atores associados, os acontecimentos e fatos históricos que implicaram nos processos de tomada de decisão. Vale ressaltar que essas decisões também estão estreitamente relacionadas à fenômenos políticos e ideológicos. E que, por sua vez, tais questões subsidiam as correntes teóricas que alicerçam as macrotendências político-pedagógicas que fundamentam as discussões no campo da Educação Ambiental.

Ao que corresponde ao PRONEA, as versões apresentam aspectos em comum, mas, por outro lado, percebe-se que há um avanço na discussão em alguns conceitos. Na terceira edição do Programa, observa-se um incentivo à participação popular. A presente afirmação pode ser justificada partindo da premissa dos referenciais teóricos adotados no corpo do documento, bem como, a presença do tema nos eixos constituintes do trabalho.

A análise das duas versões do PRONEA contribuiu para que buscássemos compreender a continuidade da organização legislativa de políticas públicas. Nesse sentido, a partir da segunda edição do Programa percebemos a introdução de determinadas temáticas e, posteriormente, na terceira edição, a partir do trabalho

realizado, amplia-se as discussões e oportuniza a continuidade bem como, o aprimoramento das políticas formuladas e implementadas no mandato anterior.

Em outras palavras, a partir do estudo realizado, podemos perceber que processo de elaboração das políticas públicas elencadas no corpo do trabalho é fruto de disputas políticas e, conseqüentemente, ancora-se nas relações de poder estabelecidas e nos conflitos de interesses presentes no desenvolvimento desse processo.

Em consonância com as discussões realizadas acerca da Educação Ambiental, podemos destacar a importância de cada um dos termos, ou seja, tanto a “Educação” como o “Ambiental” são elementos que apresentam suas particularidades. Quando articulados, ambos os termos, possibilitam um novo olhar para as relações estabelecidas na sociedade.

A identificação das concepções de Educação e de Educação Ambiental que fundamentam as políticas elaboradas durante o governo Lula, revelam uma miscelânea de posicionamentos e perspectivas, entretanto, a macrotendência pedagógica “crítica” se sobressai.

A partir dos resultados apresentados é possível afirmar que as questões norteadoras da pesquisa possibilitaram a elucidação do processo de elaboração, implementação e consolidação das políticas mapeadas, uma vez que, a partir da mesma, observa-se um contexto sócio-econômico-político favorável a um movimento de contraposição e, ao mesmo tempo, de ruptura em relação aos governos anteriores.

Em síntese, percebe-se que, no período analisado, privilegia-se a formação do campo da EA, pautada na construção coletiva, formativa e crítica.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 98, p. 5-11, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n98/01.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A POLÍTICA SOCIAL NO GOVERNO LULA. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 70, p. 7-17, nov. 2004. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/pdf/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_d_e_Almeida.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. São Paulo, Autores Associados, 2005.

BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. O GOVERNO LULA E A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA: CONTINUIDADE OU RUPTURA?. **Revista Todavia**, Porto Alegre, n. 4, p.34-51, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/revistatodavia/Ed.%204%20-%20Artigo%203.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BERTOLUCCI, D., MACHADO, J., SANTANA, L.C. Educação Ambiental ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. **Rev. Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v.15, p. 36-48. 2005. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2924/1649> . Acesso em: 24 maio 2020.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB – Imprensa Oficial, 2004.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994

BRASIL. **Ato Institucional nº 3**, de 05 de fevereiro de 1966. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm. Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. **Lei Federal nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Publicada no D.O.U. de 02 de setembro de 1981.

_____. **Resolução CONAMA nº18**, de 06 de maio de 1986. Institui o Programa de Controle Da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE. Publicado no D.O.U. de 17 julho 1986.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. **Decreto no 99.274**, de 6 de junho de 1990. Regulamenta a Lei no 6.938/81, que dispõe respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília, 1990.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

_____. **ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental**. Documento básico. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 2 ed. Brasília, 2003.

_____. **ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, DF, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso em 14 dez. 2018.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 286**, de 29 de setembro de 2005. Instituir, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, em caráter permanente, a ser desenvolvido entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Publicado no D.O.U. 2005h

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei n. 11.428**, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências., Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em: fev. 2019

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 132**, de 27 de abril de 2009. Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, em caráter permanente, a ser desenvolvido entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Publicado no D.O.U.

_____. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2007.

_____. **Decreto nº 6.263**, de 21 de novembro de 2007. Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. **Lei nº 12.187**, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, 2009.

_____. **Lei Nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Brasília, 2010.

_____. **Resolução Nº 422/2010**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Publicado no D.O.U.

BANCO CENTRAL DO BRASIL . **Plano Real**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 17 fev. 2019.

CAVALARI, R.M.F. Educação Ambiental, políticas públicas e contexto escolar. In: BARBOSA, R.L.L. (Org). **Formação de Educadores: artes e técnicas, ciências políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CARVALHO, I.C.M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156p.

_____. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental**. 3. ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008.

_____. **Educação ambiental formação do sujeito ecológico**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: lula e dilma**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013. p. 123-134. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/10_ANOS_GOVERNOS.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo Social – Usp**, São Paulo, p.269-301, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a11v15n2.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2019.

DIONISO FILHO, J.L. **A temática ambiental nos programas de governo para presidência da república do partido dos trabalhadores (1989-2006)**. São Paulo, 2010.161f. Dissertação (Mestrado)-Programa de pós-graduação de educação ambiental, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

DOCA, Geralda. **Primeiro governo Lula gerou 6,4 milhões de empregos formais**. 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/primeiro-governo-lula-gerou-64-milhoes-de-empregos-formais-4139239>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ed. São Paulo. Atlas, 2002

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas-RAE**, v.15. nº 3.mai/jun, São Paulo 1995. P.20-29

HISI, Andreia. **O panorama da inflação nos anos 80 e as medidas adotadas pelos diferentes governos**. 2011. Disponível em: <https://www.dicyt.com/noticia/o-panorama-da-inflacao-nos-anos-80-e-as-medidas-adotadas-pelos-diferentes-governos>. Acesso em: 17 mar. 2019.

IANONI, Marcus. POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO: O PLANO REAL. **Lua Nova**, São Paulo, n. 78, p.143-183, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n78/a09n78.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

KAGEYAMA, Paulo Y. SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012

LIMA, G. F. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. A base e os partidos: As eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, n. 94, p.5-24, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n99/0101-3300-nec-99-00005.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

LUCA, A. Q. **Uma análise de discurso da política pública federal de educação ambiental**. São Paulo, 2013.158f. Tese (Doutorado)- Programa de pós-graduação em ciência ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. 2ed. Rio de Janeiro: E.P. U, 2014.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDINA, Naná M. Breve histórico da educação ambiental. In: PÁDUA, S. M., TABANEZ, M. F. (Org). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1997.

MENDES, Antonio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. Eleição presidencial: o plano real na sucessão de itamar franco. **Opinião Pública**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 59-72, dez. 1994.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional** 14. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MOISÉS, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 22, p.133-187, 1990. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451990000200007"& HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451990000200007"pid=S0102-64451990000200007">. Acesso em: 30 abr. 2019.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU BR. **17 Objetivos para transformar o mundo**. Disponível:<<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

O GLOBO. **Da falta de estrutura fez-se a 'crise do apagão' no Brasil do início do século XXI**. 2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/da-falta-de-estrutura-fez-se-cri-se-do-apagao-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi-9396417#ixzz6VECHtT3l>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002**. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>. Acesso em: 28 mar 2019.

_____. **Lula presidente**: Programa de governo 2007-2010. Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/acervo/documentos-do-pt/outros-documentos/programa-de-governo-20072010.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PRAGMATISMO POLÍTICO. **Após 22 anos, Boni admite que Globo armou contra Lula para eleger Collor**. 2011. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/11/apos-22-anos-boni-admite-que-globo.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores**: trajetória, metamorfoses, perspectivas. trajetória, metamorfoses, perspectivas. 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

REQUIÃO, Roberto. **LULA É CULPADO**. 2019. Disponível em: <http://www.robortorequiiao.com.br/lula-e-culpado/>. Acesso em: 10 maio 2019.

SALLUM JUNIOR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE COLLOR: A LITERATURA E O PROCESSO. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p.163-200, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2019.

SÃO PAULO, Folha de. **Leia na íntegra o discurso de Lula no Congresso**

Nacional. 2003. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I - Julho de 2009, p.1-15.

SILVA, Gabriel Cassar de Barros. **A Influência Do Marketing Político Nas Eleições Presidenciais Brasileiras**: análise das vitórias de fernando henrique cardoso e lula, de 1994 a 2006. 2016. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5902/2/GSilva.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

SIMON, P. **A reconstrução da democracia**. Brasília : Senado Federal, 2006.

Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176924/livro034.pdf?sequence=6>. Acesso em: 29 mar. 2019

TAMAIÓ, Irineu. **A política pública de educação ambiental: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente- Gestão do Governo Lula (2003-2006)**. Brasília, 2007. 176p. Tese (Doutorado) – Centro de desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TANNUS, Lara. **Collor confisca cadernetas de poupanças**. 2018. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/427>. Acesso em: 14 mar. 2019.

TELLES, Oscar. **Eleição indireta de 1985 marcou o fim da ditadura militar**. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/138335-eleicao-indireta-de-1985-marcou-o-fim-da-ditadura-militar/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

TOLEDO, José Roberto de. **Desemprego cresce 38% no governo FHC**. 1999.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019919.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 29, p.333-358, 2013. Trimestral. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n49/a15v29n49.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

VIEIRA, Liszt; CADER, Renato. A política ambiental na década 2002-2012. In:

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013. p. 225-238. Disponível em:

[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20)

20POS-
GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/10_ANOS_GOVERN
OS.pdf. Acesso em: 02 dez. 2018.

Bianca Adejane Cardoso Felismino

BIANCA ADEJANE CARDOSO FELISMINO (Orientanda)

Prof.ª Dra. Rosa Maria Feiteiro Cavalari

PROF.ª DRA. ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI (Orientadora)